

6 con. Brasil
11 JUL 1997

O quadro fiscal de 2002

ESTADO DE SÃO PAULO

ESTUDO FAZ PROJEÇÃO PARA AS CONTAS PÚBLICAS NO FINAL DO PRÓXIMO MANDATO PRESIDENCIAL

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK
e AFONSO S. BEVILAQUA

A futurologia é um terreno sabidamente perigoso. Mas tentar olhar para frente e vislumbrar o que o futuro nos reserva é apenas um ditame elementar de prudência. E muitas vezes o importante não é tanto a previsão, mas a antecipação preventiva. Ray Bradbury, o consagrado autor de ficção científica, mostrou toda a sua argúcia nessa matéria quando afirmou que, ao contrário do que muitos poderiam pensar, não estava tentando descrever o futuro, mas apenas procurando evitar que o futuro que descrevia se tornasse realidade.

Em um estudo recentemente concluído, analisamos de forma sistemática, com auxílio de um modelo de simulação, a possível evolução das contas públicas

Se não melhorar o resultado primário, dívida líquida do setor público poderá chegar a 50% do PIB nos próximos anos

até 2002, último ano do próximo mandato presidencial. As simulações mostram que, se não houver melhora do resultado primário nos próximos anos, a dívida líquida do setor público poderá aumentar de cerca de 34% do PIB em 1996 para pelo menos 50% do PIB em 2002. Mostram também que, mesmo que seja possível um aumento lento do superávit primário, de forma que este possa acabar atingindo 2% do PIB em 2002, a dívida líquida do setor público, como proporção do PIB, deverá permanecer em ascensão e a conta de juros paga pelo setor público não deverá cair. Isso só não ocorreria caso fosse possível contar com uma taxa

anual média de crescimento do PIB da ordem de 6% a 7% ao longo do período 1999-2002, o que a esta altura não parece muito provável.

Diante dos obstáculos enfrentados pelo esforço de ajuste fiscal, tem-se disseminado no País a crença de que o simples processo de crescimento poderá permitir que a economia brasileira supere aos poucos seu problema de desequilíbrio fiscal. Se medidas de repressão fiscal puderem assegurar uma melhora lenta do resultado primário, talvez se possam cruzar os dedos e esperar que o crescimento da economia salve a festa, propiciando uma melhora natural e significativa

dos indicadores fiscais, quando medidos como proporção do PIB. A fantasia é semelhante à de uma criança de 10 anos, que pesa 80 quilos, e sonha com a possibilidade de se livrar da obesidade simplesmente mantendo este peso enquanto cresce até alcançar 1,80 metro.

Há muitas razões para se acreditar que não vai ser tão fácil para o País se livrar dos seus problemas fiscais por meio do crescimento econômico. Com uma melhora lenta do quadro fiscal, as taxas de juros deverão permanecer por muito tempo em patamares bem mais altos do que seria razoável do ponto de vista de um ambiente propício ao crescimento.

E, dado o atual quadro de desequilíbrio das contas externas, o mais provável é que a taxa média de crescimento da economia nos próximos



anos tenha de ser mantida em um patamar bastante moderado, e que a convergência das taxas internas de juros para os níveis internacionais seja ainda mais lenta do que se poderia supor com base na simples evolução do quadro fiscal. Por outro lado, um processo prolongado de repressão fiscal tenderá a gerar deficiências de investimento público que poderão ser altamente deletérias para o processo de crescimento econômico.

Não há, portanto, uma saída fácil para o desequilíbrio fiscal. Não parece haver alternativa senão um esforço decisivo para melhorar o resultado primário do setor público. Como é pouco realista esperar que a carga tributária possa ser significativamente aumentada, esta melhora terá forçosamente de advir de cortes de dispêndio. E, tendo em vista a rigidez da folha de pagamento do setor público, a crescente pressão fiscal proveniente do sistema de previdência social e a vigorosa expansão dos dis-

pêndios com programas de saúde, é muito pouco provável que os cortes necessários possam ser viabilizados sem uma reforma fiscal abrangente. Não há como imaginar uma saída que passe ao largo de mudanças radicais na própria natureza do regime fiscal em vigor. E é bem sabido que tais mudanças dependem da aprovação pelo Congresso de emendas constitucionais bem mais ousadas do que as que vêm sendo consideradas. Era exatamente esse o diagnóstico de três anos atrás. Mas não há nada nos dados mais recentes que permita supor que tal diagnóstico já não seja mais válido. Muito pelo contrário. Tentar tapar o sol com a peneira e argüir que não é bem assim só contribui para diminuir ainda mais a mobilização política no País em torno da aprovação das reformas que a cada dia se fazem mais necessárias.

■ Rogério Furquim Werneck e Afonso S. Bevilaqua são professores do Departamento de Economia da PUC-Rio